

O PAPEL DA LÍNGUA COMO INSTRUMENTO DE *SOFT POWER*: uma discussão sobre as ações estratégicas na academia militar das agulhas negras

THE ROLE OF LANGUAGE AS A SOFT POWER INSTRUMENT: a discussion on strategic actions at the agulhas negras military academy

EL PAPEL DE LA LENGUA COMO INSTRUMENTO DE PODER BLANDO: una discusión sobre las acciones estratégicas en la academia militar de las agulhas negras

Timoteo Salgado Pereira Pinto*

Arlindo José de Barros Junior**

Rafael Roesler***

RESUMO

Este artigo investiga o uso da língua como estratégia de *soft power* na política de defesa nacional brasileira, com foco na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A pesquisa analisa iniciativas de cooperação educacional que envolvem o uso da língua portuguesa como componente de *soft power* para a projeção do Poder Nacional. O referencial teórico adotado é interdisciplinar, abrangendo os conceitos de políticas linguísticas; de poder simbólico; do construtivismo; do *soft power*; entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória, que busca estabelecer relações entre o uso da língua como forma de projeção do Poder nacional. Conclui-se que o Exército Brasileiro carece de uma Política Linguística intencionalmente estruturada capaz de expandir sua influência e fortalecer suas relações diplomáticas, como um eficaz componente do *soft power* nacional.

Palavras-chave: *soft power*; Academia Militar das Agulhas Negras; língua; poder nacional; defesa nacional.

ABSTRACT

This article investigates the use of language as a soft power strategy in Brazilian national defense policy, focusing on the Agulhas Negras Military Academy. The research analyzes educational cooperation initiatives involving the use of the Portuguese language as a soft power component for projecting National Power. The

* Mestre em Linguística Aplicada; Chefe da Seção de Idiomas Estrangeiros e professor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). E-mail: salgado@oscometas.com.br.

** Mestre em Educação; Coordenador de Publicações da AMAN. E-mail: barros.aman@yahoo.com.br.

*** Doutor em História Política e Bens Culturais; Coordenador de Pesquisa Acadêmica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). E-mail: roesler1993@gmail.com.

adopted theoretical framework is interdisciplinary, encompassing the concepts of language policies, symbolic power, constructivism, soft power, among others. This is a qualitative, bibliographical, documentary, and exploratory study that seeks to establish connections between the use of language and the projection of national power. The study concludes that the Brazilian Army lacks a deliberately structured Language Policy capable of expanding its influence and strengthening its diplomatic relations as an effective component of national soft power.

Keywords: soft power; Agulhas Negras Military Academy; language; national power; national defense.

RESUMEN

Este artículo investiga el uso del idioma como estrategia de soft power en la política de defensa nacional brasileña, centrándose en la Academia Militar de Agulhas Negras. La investigación analiza iniciativas de cooperación educativa que involucran el uso del idioma portugués como componente de soft power para proyectar el Poder Nacional. El marco teórico adoptado es interdisciplinario, abarcando los conceptos de políticas lingüísticas, poder simbólico, constructivismo, soft power, entre otros. Este es un estudio cualitativo, bibliográfico, documental y exploratorio que busca establecer conexiones entre el uso del idioma y la proyección del poder nacional. El estudio concluye que el Ejército Brasileño carece de una Política Lingüística deliberadamente estructurada capaz de expandir su influencia y fortalecer sus relaciones diplomáticas como un componente efectivo del soft power nacional.

Palabras clave: soft power; Academia Militar de Agulhas Negras; idioma; poder nacional; defensa nacional.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o conceito de *soft power* (Nye, 2004) tem ganhado relevo nas discussões sobre política internacional, destacando a importância das formas não coercitivas de influência e persuasão. Nesse contexto, a teoria da interdependência complexa (Keohane; Nye, 1989) também se tornou relevante, pois enfatiza a dinâmica contemporânea das relações internacionais, que se caracteriza por múltiplos canais de interação, além da ausência de hierarquia rígida entre questões políticas, econômicas e sociais. Sendo assim, a língua desempenha um papel fundamental, pois torna-se uma ferramenta poderosa de projeção de valores culturais, políticos e econômicos. Os estudos mostram que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também uma expressão da identidade nacional, um recurso estratégico para a promoção dos interesses do país (Bakhtin, 1992; Vigotski,

2001; Rodrigues, 2010). Tais interações linguísticas não ocorrem isoladamente, mas dentro de uma rede global de influências recíprocas.

À vista disso, pretendemos investigar se o Exército Brasileiro (EB) emprega estrategicamente a língua como um instrumento de *soft power*, alinhando-se aos objetivos mais amplos da política externa nacional. Segundo Rodrigues e Maciel (2017), a estratégia de *soft power* brasileira, particularmente por meio da cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, tem sido fundamental para melhorar sua imagem global. Para os autores, essa abordagem faz parte da política externa do Brasil, com persuasão e construção de consenso, enfatizando o uso do *soft power* em sua ascensão como potência regional e global. Dentro de um contexto de interdependência complexa, essas ações do Exército Brasileiro ilustram como a promoção da língua portuguesa, por meio de cooperação educacional, é parte de uma rede ampla de relações interdependentes que posicionam o Brasil no cenário global.

O problema que motivou a pesquisa foi notar, em nossa prática como pesquisador e docente, o uso e utilidade da língua no exercício do poder. Nossa experiência como docente na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) possibilitou o contato com diversas condutas relativas a decisões linguísticas no sistema educacional militar. Essas experiências nos permitiram contato com a política linguística da Força Terrestre.

A AMAN é uma instituição de nível superior que forma os oficiais combatentes da Linha de Ensino Militar Bélica do Exército Brasileiro. Tal instituição de ensino militar possui corpo discente que orbita, geralmente, próximo da quantia de 1600 Cadetes¹. O curso de formação de oficiais combatentes tem duração mínima de cinco anos, sendo que o primeiro ano do curso acontece na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) em Campinas-SP, os outros quatro, na AMAN, em Resende-RJ. O curso, na AMAN, é subdividido em formação acadêmica, que é de responsabilidade da Divisão de Ensino, e formação profissional, a cargo do Corpo de Cadetes. Esta última contempla disciplinas e exercícios tipicamente militares. O cumprimento da carga horária de mais de 7.500 horas de curso (sem contar as operações e exercícios noturnos) somente é possível devido ao regime de internato ao qual o cadete está inserido (Barros Junior, 2020). Anualmente são graduados, aproximadamente, 400 novos bacharéis em Ciência Militares e, também, oficiais combatentes.

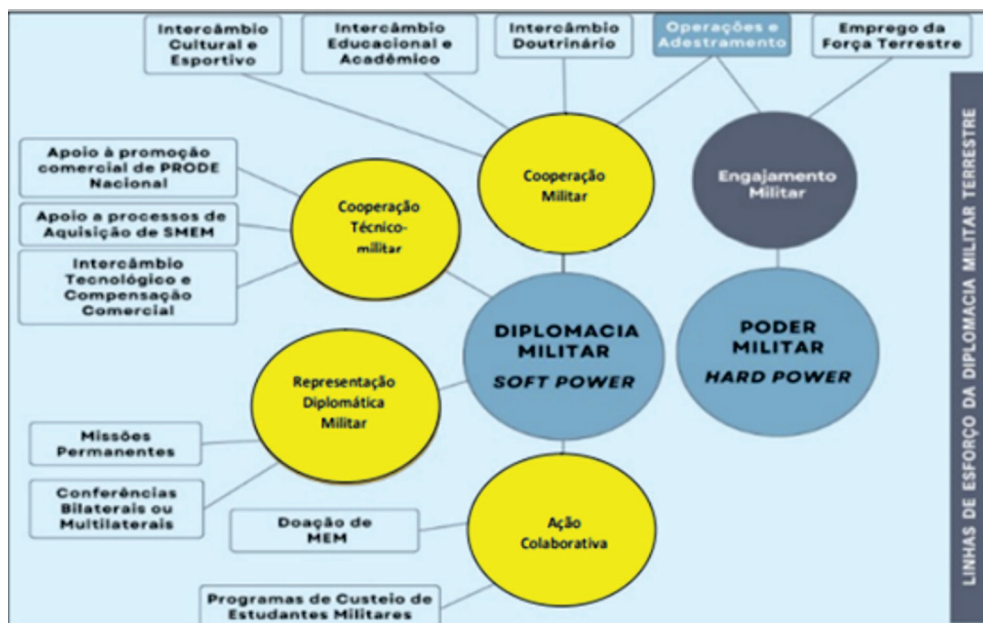
Na AMAN, o professor lida com um público de considerável nível intelectual, de distintas regiões do Brasil, com inúmeras histórias sociais, etnias, realidades que representam certo recorte da população brasileira. Cadetes do segmento feminino representam, no ano de 2024, um aproximado de 10% do quantitativo total de discentes. Além disso, a faixa etária abrange jovens entre 18 e 27 anos de idade.

1 Cadete é o título dado aos alunos da Academia Militar das Agulhas Negras e nas Academias correspondentes das forças similares.

Há também os Cadetes de Nações Amigas (CNA), cadetes estrangeiros de diversas origens que cursam somente os quatro anos da formação na AMAN. No ano de 2024, havia 51 cadetes estrangeiros matriculados na AMAN, oriundos dos seguintes países: Bolívia, Camarões, Guiana, Guiné-Bissau, Honduras, Moçambique, Namíbia, Panamá, Paraguai, Peru, São Tomé e Príncipe, Senegal e Vietnã. Em breve síntese, representação de seis países do continente americano, seis países africanos e um asiático. No quantitativo de sujeitos são 14 militares de países do continente americano, 32 militares africanos e cinco asiáticos. Dentre os estrangeiros supramencionados, apenas uma militar do segmento feminino, oriunda da Namíbia. Além desses, a AMAN frequentemente recebe três cadetes oriundos da *West Point Military Academy* para períodos inferiores a seis meses, sendo duas mulheres e um homem.

A presença expressiva de cadetes estrangeiros por longo período na AMAN é uma forma de o EB projetar influência e um indicador dessa projeção. Além disso, caracteriza “[...] uma estratégia de atuação para a Diplomacia Militar Terrestre, baseada em um modelo focado no conceito da segurança cooperativa com as Nações Amigas” (Brasil, 2023a). Um conjunto de medidas relacionadas às linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre pode ser representado na figura abaixo:

Figura 1 – Medidas relacionadas às linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre



Fonte: Brasil (2023a).

O documento de nível mais alto que baliza as ações de Defesa no Brasil é a Política Nacional de Defesa (PND) (Brasil, 2020a). A PND estabelece pressupostos básicos de Defesa e os objetivos nacionais de Defesa. Outros documentos de alto nível e de vital importância são: a Estratégia Nacional de Defesa (END), que orienta as medidas a serem estabelecidas para que se cumpram os objetivos nacionais de Defesa (Brasil, 2020b); e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), cuja finalidade é dar acesso ao amplo contexto da END (Brasil, 2020c).

Dentre os fundamentos postos pela PND está o de consolidar o Poder Nacional (Brasil, 2020a). Em seu escopo, a PND considera a projeção do Brasil e observa a inserção de nosso país nos processos decisórios internacionais. Nota-se, na leitura do documento, que a PND direciona a área de interesse prioritário para o entorno estratégico, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana (Brasil, 2020a). Além disso, os documentos de Defesa (PND, END e LBDN) expressam ideias acerca do exercício do poder de forma pacífica e legítima.

Portanto, o presente trabalho trata da utilidade da política linguística como forma de empreendimento do poder nas relações internacionais pelo viés dos estudos estratégicos e de Defesa. Para isso, pretendemos realizar uma investigação exploratória acerca de evidências da utilização intencional da língua como um instrumento de *soft power* pelo EB na AMAN. Especificamente, a pesquisa focaliza-se em realizar uma discussão acerca de iniciativas de cooperação educacional que se relacionem com o uso da língua como *soft power* no contexto da formação do oficial no Exército Brasileiro. Com intuito de balizar nossa investigação, elaboramos a seguinte pergunta: Em que medida as práticas linguísticas do Exército Brasileiro configuram uma política linguística implícita e como podem ser sistematizadas como estratégia de *soft power*?

A seguir, detalhamos a metodologia empregada neste estudo, explicando as técnicas e os procedimentos utilizados para a investigação. Abordamos alguns teóricos que embasam a nossa temática, destacando suas contribuições fundamentais para o entendimento do tema em questão. Por fim, apresentamos as conclusões derivadas desta pesquisa, discutindo suas implicações e sugerindo possíveis direções para estudos futuros.

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “[...] a pesquisa bibliográfica não se resume à mera repetição de conceitos já ditos anteriormente, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Segundo Fachin

(2006), na pesquisa documental, considera-se documento qualquer informação sob a forma de textos oficiais e incluem as leis. Complementarmente, a pesquisa documental também pode recorrer a fontes variadas e, muitas vezes, dispersas e não sistematizadas, como tabelas estatísticas, jornais, revistas, cartas, registros audiovisuais, obras artísticas e documentos institucionais públicos ou privados, os quais não passaram por tratamento analítico prévio (Fonseca, 2002). Esse conjunto de materiais permite ao pesquisador construir interpretações a partir de dados multifacetados, o que amplia o escopo da análise qualitativa.

Em nosso caso concreto, propusemo-nos a analisar um compêndio de documentos, cujo ponto de partida é a PND. Embora o EB não disponha de uma política linguística explícita e formalmente estruturada, identificamos, ao longo da pesquisa, a existência de normativas e práticas institucionais que, articuladas entre si, expressam uma postura política na dimensão linguística. Nosso trabalho, portanto, visou interpretar quais as condições de emergência possibilitaram a formação dos enunciados ali presentes, associando-os ao exercício e à projeção do poder.

Para tanto, adotamos uma afiliação teórica segundo a análise do discurso de perspectiva materialista (Pêcheux, 1990). Essa abordagem compreende o discurso como efeito entre língua, ideologia e sujeito, e permite interpretar os documentos oficiais não apenas como textos normativos, mas como práticas discursivas atravessadas por formações ideológicas. A perspectiva adotada permite compreender como os sentidos sobre identidade, poder e projeção estratégica são construídos e naturalizados nos enunciados institucionais. O corpus da investigação foi composto por documentos estratégicos da Defesa Nacional², o Plano Estratégico do EB (versão 2024), portarias normativas do EB que em alguma medida versam sobre o tema e registros institucionais da AMAN relacionados à formação de Cadetes de Nações Amigas.

A análise foi conduzida em três etapas, a saber: leitura exploratória dos documentos para identificação de recorrências temáticas; seleção de enunciados relacionados à língua, identidade, cooperação e projeção de poder; interpretação discursiva dos sentidos produzidos, articulando os conceitos de *soft power*, poder simbólico e políticas linguísticas.

As categorias analíticas emergiram do próprio material e foram organizadas em torno de três eixos, conforme o que segue: práticas institucionais de ensino da língua portuguesa; presença da língua nos documentos estratégicos; projeção simbólica da língua como instrumento de *soft power*. A seguir, passaremos a abordar a fundamentação teórica que sustenta nosso posicionamento e orienta nossa análise.

2 Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco da Defesa Nacional.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A LÍNGUA

Para Saussure (1987), a língua é um produto social e um conjunto de convenções necessárias. O autor afirma que um corpo social adota a língua para permitir o exercício da linguagem nos indivíduos. Afirma ainda que a língua é um sistema de signos capaz de exprimir ideias que refletem características identitárias de uma comunidade. Compreende-se dessa forma que os costumes de uma nação repercutem na língua. Além disso, a língua está associada ao sentimento e à consciência coletiva, bem como aos valores, costumes e tradições culturais compartilhados por um grupo de pessoas que se organizam em sociedade.

O teórico russo Mikhail Bakhtin (1992) postula que não é possível separar identidade de língua, uma vez que o pensamento de um indivíduo, com suas intenções, motivações e desígnios conscientes ocorre materialmente na língua. A afirmação de Bakhtin se aproxima, nesse sentido, dos postulados de Vigotski (2001) sobre as relações do pensamento com a linguagem – aqui compreendida em seu sentido psicológico e cultural mais amplo.

Nesse sentido, Vigotski (2001) formula o conceito de mediação, apontando que a relação do homem com a realidade se dá por meio de artefatos culturais. Dentre esses artefatos, a língua seria um dos principais símbolos de um povo. Por conseguinte, inferimos que essa palavra, esse pensamento ou mesmo esse artefato se expressa por meio da língua e carrega consigo sentidos culturalmente atribuídos. Tudo isso constitui parte relevante da identidade de um povo, assim como de cada indivíduo. No mesmo modo de concepção, Pinto (2023) sintetiza a questão afirmando que a língua materna é fator decisivo no modo de pensar de um indivíduo.

Nesta pesquisa, compreende-se ‘língua’ como um sistema social de signos que expressa significados, identidades e relações de poder. A partir da perspectiva de Bourdieu (2011), a língua funciona como um espaço simbólico no qual se exercem e se legitimam formas de dominação social. Essa concepção orienta a análise da investigação. Isto posto, pode-se vislumbrar a utilização intencional da língua como instrumento de poder. À vista disso, compreende-se a afirmação de Raffestin (1993) que cada língua é um instrumento de ação social e de ação sobre o outro, por isso ocupa um lugar especial no campo do poder.

A força da língua no seu emprego como recurso de *soft power* reside, em grande parte, nas combinações de suas características culturais e identitárias. Como anteposto em nosso trabalho, a língua solidifica, representa e está intimamente atrelada à identidade do indivíduo. Segundo afirma Raffestin (1993, p. 97), “A língua é, sem dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispões uma população. Por essa razão ela ocupa um lugar tão fundamental na cultura [...]”.

A língua, como base para práticas de relações de poder, pode ser observada por meio de outros usos, tais como: a oratória, o discurso e o diálogo. Isso se produz em diversas circunstâncias, como em negociações, por exemplo. Segundo Bourdieu (2011), a competência linguística não é apenas uma habilidade comunicativa, mas também um recurso de poder social. O autor argumenta que o domínio da língua e das formas legítimas de expressão são instrumentos de controle e influência social, sendo a própria língua um campo de disputa simbólica, onde se exercem e se legitimam relações de poder (Bourdieu, 2011).

Nesse escopo é que Pierre Bourdieu (2011) desenvolve o conceito de ‘poder simbólico’. O autor elabora-o como um poder invisível e que só pode ser exercido com a cumplicidade dos entes envolvidos em uma relação. Além disso, afirma que essa forma de exercer o poder se dá por meio de sistemas simbólicos, dentre os quais pode-se destacar a língua como instrumento estruturado e estruturante de comunicação e conhecimento.

Portanto, a língua possui uma função social e política, pois garante os recursos mínimos de comunicação para um grupo, caracterizando uma condição para a dominação simbólica. Segundo Bourdieu (2011), a própria instituição de uma língua oficial manifesta a dominação política resultante de uma hegemonia linguística. Esse pensamento é coerente à afirmação de Raffestin (1993) de que a língua é um instrumento de poder que, embora não possa ser apropriado, pode ser manipulado. Nesse bojo, a língua desempenha papéis como meio de legitimação ou imposição do poder, o que ajuda a solidificar posições dominantes e, por conseguinte, dos dominados em relação aos que detêm o poder.

3.2 *SOFT POWER*, INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E CONSTRUTIVISMO

Em seu livro intitulado *O Futuro do Poder*, o internacionalista Joseph Nye (2012) define o poder como uma fonte de recursos, tanto tangíveis quanto intangíveis, resultante de posturas comportamentais. Neste compêndio, o poder fornece ao Estado os recursos necessários para cumprir seus objetivos. Segundo o autor, o poder também se manifesta no controle da agenda e dos comportamentos, limitando a capacidade de tomar decisões estratégicas e moldar crenças e percepções de inimigos e adversários por parte daqueles que sofrem sua ação (Nye, 2012).

Alexander Wendt (1999) defende que o poder é constituído essencialmente por ideias e contextos culturais. Dessa forma, toda relação é um *locus* de poder, que contém como um de seus componentes a informação e possui, em si, mais de um ator participante, consistindo, portanto, em uma ou mais vias de conexão.

Embora a informação não se restrinja ao uso da língua, este certamente é um de seus principais canais de fluência, tanto em termos de transmissão quanto de recepção. É aqui, mais uma vez, que se pode perceber a importância do estudo deste elemento para o entendimento e as práticas das relações de poder.

Para Lapierre (1968 *apud* Raffestin, 1993), o que sustenta o poder não é uma necessidade natural, mas a habilidade dos homens de modificar, por meio de seu trabalho, tanto o ambiente ao seu redor quanto suas próprias relações sociais. Sendo assim, mediante a inovação técnica e econômica, os homens alteram seu ambiente natural. Pela inovação social e cultural, transformam suas relações sociais. Portanto, Raffestin (1993) e Nye (2012) abordam o poder como algo a ser exercido por um ente dentro de uma relação entre as partes, onde a quantidade de recursos tangíveis e intangíveis pode variar.

Nossa pesquisa apoia-se na noção de *soft power*, conceito estruturado por Joseph Nye, que é caracterizado por se valer de fontes não tangíveis de poder que exercem a persuasão de um determinado ator sobre outro, por exemplo, mediante a cultura (Nye, 2012). Tal definição contrasta com o poder impositivo (ou coercitivo). Portanto, o *soft power* é aquele poder que se firma mediante a influência e a cooperação. Dito de outra forma, é o tipo de poder que convence o outro e exerce atração. Sobre o conceito de cooperação, Figueiredo e Violante (2019) definem-na como: coordenação internacional para ajustar preferências, ação política e externa para ampliar poderes e ganhos, ou envolvimento ético para promover mudanças sociais.

A fim de compreender a dinâmica da internacionalização da língua portuguesa como uma estratégia de *soft power*, é pertinente integrar a perspectiva construtivista nas relações internacionais. Alexander Wendt (1999) argumenta que as estruturas internacionais são socialmente construídas e que as identidades e interesses dos estados são modelados mediante práticas sociais. Em certa instância, o pensamento de Wendt (1999) sobre a construção social da identidade se amolda com os postulados de Vigotski (2001) sobre o pensamento e a palavra. Segundo Vigotski (2001) a formação da identidade individual é profundamente influenciada pelas interações sociais, que são mediadas pela língua; na qual o pensamento influencia a palavra e a palavra influencia o pensamento. Consoante a esse pensamento pode-se afirmar que a língua é um lugar de construção de nossa autopercepção, é dizer, de nossa identidade (Kumaravadivelu, 2003).

De acordo com Wendt (1999), as identidades dos Estados são formadas por meio de interações sociais e dos discursos. Essas identidades não são fixas, mas evoluem através de processos de ação e reação entre os Estados, influenciados por normas e práticas sociais. Sendo assim, as identidades dos Estados são continuamente reconfiguradas no contexto das estruturas internacionais, e os interesses dos Estados derivam dessas identidades.

Para Finnemore (1996), as normas e valores sociais não apenas moldam o comportamento dos Estados, mas também definem o que é considerado comportamento legítimo no sistema internacional. A autora argumenta que as ações dos Estados são influenciadas por padrões normativos compartilhados.

Nessa conjuntura, a internacionalização da língua portuguesa pelo Exército Brasileiro pode ser vista não apenas como uma ferramenta de *soft power*, mas

também como uma prática discursiva, meio para construir e alavancar a identidade de um Brasil como agente internacional influente, além de promover “[...] uma identidade sul-americana de defesa” (Brasil, 2020a, p. 72).

A partir dessa perspectiva construtivista, a língua portuguesa se torna mais do que um simples meio de comunicação; transforma-se em um símbolo de identidade cultural e de valores compartilhados que podem influenciar as relações entre os Estados nacionais. O uso da língua portuguesa como uma estratégia de *soft power* pelo Exército Brasileiro, portanto, não só fortalece a influência do Brasil, mas também contribui para a construção de uma percepção da identidade nacional no âmbito internacional.

A originalidade deste estudo não reside na constatação de que a língua portuguesa pode atuar como instrumento de *soft power* – função já amplamente reconhecida na literatura –, mas na identificação de que, no contexto do EB, essa potencialidade ainda não é plenamente reconhecida ou explorada de forma intencional e sistematizada. Embora existam práticas institucionais que envolvem o ensino da língua a militares estrangeiros, e que serão abordadas em nossos resultados, tais ações ocorrem de maneira fragmentada e aparentemente sem articulação estratégica explícita.

Além disso, ao interpretar documentos oficiais e ações institucionais como práticas discursivas, evidencia-se que a língua portuguesa, mais do que um recurso funcional, opera como vetor simbólico de identidade e poder. Essa perspectiva se baseia em uma leitura que aplica uma abordagem discursiva e construtivista e permite compreender como a língua contribui para a construção de uma identidade nacional e regional no campo da Defesa, ainda que não exista uma política linguística formalmente estabelecida.

Assim, a teoria construtivista complementa os conceitos de *soft power* e interdependência complexa em nosso estudo e se alinha aos preceitos identitários mencionados na END. A internacionalização da língua portuguesa ilustra como uma política linguística pode atuar como uma ferramenta de *soft power*, além de promover ideias que moldam as identidades e interesses dos estados, conforme argumentado por Wendt (1999). Nesse sentido, Heleno e Luiz (2011) destacam que o Brasil tem buscado exercer influência regional por meio de estratégias simbólicas e diplomáticas que reforçam uma identidade sul-americana compartilhada.

No caso concreto da AMAN, a presença de CNA e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa não cumprem apenas função pedagógica, pois também operam como práticas discursivas que constroem e projetam a identidade nacional. Além disso, a promoção da língua portuguesa para estrangeiros na AMAN pode ser compreendida como parte de um esforço de inserção regional por meio de *soft power*. Sob as lentes construtivistas, tais práticas contribuem para a formação de vínculos simbólicos e percepções compartilhadas, reforçando o papel do Brasil como ator regional influente e se alinha aos objetivos expressos na END.

A seguir abordaremos o conceito de política linguística.

3.3 AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Na famosa obra *1984*, de George Orwell (2009), somos apresentados a uma sociedade distópica cuja implementação da ‘novolíngua’ se coloca como a principal ação estratégica de dominação estatal. Na ficção, a intervenção linguística é fruto de uma política intencionada em influenciar e dominar as formas de pensamento. Portanto, uma poderosa ferramenta de *soft power*. Constantemente, há indivíduos com atos e intenções em legislar e ditar o uso da língua (Calvet, 2007). Diversos países, ao se organizarem politicamente, impuseram uma língua oficial que não representava toda a sua variedade cultural. Como bem observa Calvet (2007), o poder político sempre privilegiou ou impôs a uma maioria esta ou aquela língua em favor de uma minoria. Dentre casos, poderíamos citar a histórias do espanhol, português, italiano, norueguês, turco e outros (Bagno, 2012).

Na Turquia, por exemplo, a língua oficial decorre de uma intervenção linguística estatal (Calvet, 2007). O autor expõe que, a fim de quebrar o vínculo com a origem árabe e persa, foi realizada uma verdadeira ‘revolução linguística’ na Turquia. A partir de uma língua já existente, foi criado um novo alfabeto, adaptado do latino. Neologismos de origem árabe foram substituídos, entre outras ações. A intenção dos promotores dessa política foi de laicizar a língua estatal. Para tanto, foi determinado um trabalho de purificação linguística a partir da substituição de todo o vocabulário de origem árabe-persa por um léxico de origem turca (Calvet, 2007).

Nesse contexto, surgindo na segunda metade do século XX, é que se inserem os conceitos de política linguística e planejamento linguístico. De forma sintética, Calvet (2007, p. 11) entende a política linguística como “[...] a determinação de grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”. Sobre planejamento linguístico, o autor define como a implementação da política anteriormente mencionada.

Analogamente, entende-se a PND como o documento que determina as grandes decisões referentes à Defesa no Brasil e a END como o documento que define formas de implementar tais decisões. Ambos os documentos já mencionados em nosso trabalho e a partir do qual procedem outros e que, juntos, delimitam a política e o planejamento linguístico do Exército Brasileiro na Academia Militar.

Além da definição clássica de política linguística como decisões explícitas sobre o uso das línguas (Calvet, 2007), é importante considerar também as políticas linguísticas implícitas. Segundo Spolsky (2004), uma política linguística é composta por três elementos: as práticas linguísticas (o que as pessoas realmente falam), as crenças ou ideologias linguísticas (o que se pensa sobre as línguas) e os esforços de planejamento (ações deliberadas). Nesse sentido, mesmo na ausência

de um documento formal, o EB manifesta uma política linguística implícita ao estabelecer normas, currículos e exigências de proficiência para militares nacionais e estrangeiros. Shohamy (2006) reforça essa ideia ao argumentar que políticas linguísticas podem ser implementadas de forma indireta, por meio de instrumentos como exames, materiais didáticos e práticas institucionais, muitas vezes sem serem reconhecidas como tal.

No contexto da AMAN, as práticas institucionais, como a exigência de proficiência em português, a oferta de cursos preparatórios e a obrigatoriedade da disciplina 'Português para Estrangeiros', configuram elementos de uma política linguística implícita. Embora não estejam formalizadas em um documento único, essas ações revelam uma orientação estratégica voltada à integração linguística e cultural dos cadetes estrangeiros. Tal política, ainda que fragmentada, contribui para a projeção simbólica da língua portuguesa como vetor de identidade nacional e instrumento de *soft power*.

3.4 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para planejamento de ações de Defesa no Brasil (Brasil, 2020a). Com origem em 1996, as políticas de defesa passaram por revisões e atualizações ao longo dos anos. Desde o ano de 2008 foi publicada a primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2020b). Desta forma, a PND apresenta pressupostos e estabelece objetivos enquanto a END orienta os segmentos do Estado no que tange às medidas a serem implementadas para a consecução de tais objetivos (Brasil, 2020b). Atualmente, os documentos supracitados passam por revisões quadrienais (Brasil, 2020a).

Foi exposto, no início de nosso trabalho, que entre os princípios estabelecidos pela PND está o fortalecimento do Poder Nacional. A END define o Poder Nacional como “[...] a conjugação interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de determinada finalidade” (Brasil, 2020b, p. 35). Além disso, o documento aponta, entre seus fundamentos, a finalidade de preparar e aplicar o Poder Nacional. Explica-se esclarecendo que o preparo do Poder Nacional consiste em “[...] um conjunto de atividades executadas com o objetivo de fortalecê-lo” (Brasil, 2020b, p. 35). O glossário do *Livro Branco de Defesa Nacional* assenta ‘Poder Nacional’ como “[...] a capacidade que tem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional” (Brasil, 2020c, p. 193).

A palavra ‘língua’ aparece apenas uma vez na END, sendo somente na contextualização da PND. Segue-se o excerto: “Em face dos laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa - CPLP merece especial atenção aos esforços de cooperação no campo da Defesa” (Brasil, 2020b, p. 12).

Michel Foucault (1996) afirma que o discurso é um meio pelo qual o poder é exercido e disseminado. Portanto, a ênfase nos ‘laços históricos e afinidades culturais’ funciona como uma estratégia discursiva para legitimar a cooperação no campo da defesa entre os países da CPLP. Ao invocar uma história compartilhada e uma cultura comum, a PND constrói um discurso de unidade e necessidade de cooperação, que pode ser entendida como uma forma de exercer poder e criar um sentimento de obrigação entre os países membros. Nesse contexto, ‘língua’ aponta para laços culturais e identitários.

O *Livro Branco da Defesa Nacional* (LBDN) soma-se à PND e à END como um documento esclarecedor do contexto da END, sendo assim o terceiro nível da PND. O Livro trata o conceito de ‘língua’ da seguinte maneira: “A língua oficial brasileira, o português, é um dos principais fundamentos da identidade nacional e um vetor de transmissão da cultura e das tradições” (Brasil, 2020c, p. 32). Em outro trecho, que guarda mais similaridades com o da END, o LBDN expõe que à vista dos laços históricos e culturais, “[...] os países de língua portuguesa merecem especial atenção no campo da cooperação de Defesa” (Brasil, 2020a, 27).

Nota-se, portanto, que a presença da língua portuguesa nos documentos de defesa não se limita a uma função instrumental, mas revela uma dimensão simbólica que expressa valores, identidade e os anseios do Estado brasileiro. Ao ser apontada como fundamento da identidade nacional e elemento de coesão cultural, a língua atua como um marcador discursivo que reforça a legitimidade das ações de cooperação e integração regional. Nesse contexto, a menção da língua portuguesa nos documentos da Defesa, não apenas comunicam diretrizes, mas também constroem sentidos que posicionam o Brasil como um ator que valoriza sua herança cultural e busca projetar influência por meio de vínculos históricos e linguísticos. Trata-se de uma manifestação concreta de *soft power*, em que a língua se apresenta como elemento de ligação entre a identidade nacional e a inserção internacional.

Infere-se a existência de uma relação de aplicação prática entre os conceitos de língua, cultura, identidade e projeção de poder nos documentos de alto nível da Defesa. Para ilustrar, especificamente a END propõe como um de seus objetivos, contribuir para a estabilidade regional. Para isso, estabelece uma estratégia nomeada ‘Promoção da integração Regional’ que se desdobra em três Ações Estratégicas de Defesa, a saber:

AED-76 Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

AED-77 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países sul-americanos.

AED-78 Incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns multilaterais de defesa regional (Brasil, 2020b, p. 72).

Michel Pêcheux (1990) assevera que os discursos são atravessados por posições ideológicas e produzidos por sujeitos inscritos em formações discursivas. Dessa forma, enunciados como ‘identidade sul-americana de defesa’ e ‘intensificação de parcerias estratégicas’, presentes na END, podem ser compreendidos como efeitos de sentido produzidos por sujeitos posicionados em uma formação discursiva que se alinha a uma ideologia de integração regional. Essas formações não refletem diretamente uma ideologia, mas são atravessados por ela, o que revela uma intenção de consolidar o Brasil como liderança estratégica em sua área de interesse. Assim, o discurso presente na END não apenas comunica diretrizes, mas também constrói sentidos que posicionam o país em uma determinada relação de poder.

Assim, verifica-se que os documentos de mais alto nível da defesa, cujos objetivos se ocupam do Poder Nacional, vislumbram a utilização do componente cultural, identitário e da língua como estratégia. Tal constatação vem ao encontro das ideias da utilização da língua como recurso de *soft power* (Nye, 2004).

4 RESULTADOS

A partir das categorias analíticas delineadas na metodologia, os resultados foram organizados em torno de dois eixos principais: planejamento estratégico do EB e o ensino da língua portuguesa para Cadetes estrangeiros. Tais eixos correspondem, respectivamente, às categorias: presença da língua nos documentos estratégicos e práticas institucionais de ensino da língua portuguesa. Ambas se articulam à categoria transversal de projeção simbólica da língua como *soft power*.

Com base no que foi discutido na seção teórica, esta análise busca evidenciar como práticas ainda não sistematizadas no Exército Brasileiro podem ser compreendidas como expressão de uma política linguística implícita. Essa perspectiva constitui a principal contribuição original deste estudo, ao propor uma leitura discursiva e estratégica da língua como vetor simbólico de identidade e poder.

Nesse contexto, cabe lembrar a pergunta que orienta o presente trabalho. Em que medida as práticas linguísticas do Exército Brasileiro configuram uma política linguística implícita e como podem ser sistematizadas como estratégia de *soft power*? Na sequência, apresentamos os dados e sua interpretação à luz da afiliação teórica discutida.

4.1 O PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Neste primeiro eixo, analisamos a categoria ‘presença da língua nos documentos estratégicos’, com foco nas diretrizes do Plano Estratégico do Exército

e sua relação com a projeção simbólica da língua portuguesa. A análise busca identificar como o discurso institucional do EB revela sentidos que associam a língua à identidade, à cooperação e à projeção de poder.

Portanto, a investigação volta-se à identificação de ações estratégicas do EB, particularmente na AMAN, que se articulam ao exercício do poder por meio da língua. Para isso, é mister acessar o Plano Estratégico do Exército e conhecer quais as ações consequentes desse planejamento.

Publicado no ano de 2024 e com previsão de execução até o ano 2027, o atual Plano Estratégico do Exército (Brasil, 2024) coloca, dentre seus objetivos, o de aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa. Dentre as estratégias previstas, destacamos as ações que se relacionam, embora indiretamente, com o uso da língua para o exercício do poder, conforme o que segue:

Quadro 1 - Extrato do Objetivo Estratégico do Exército 2

OEE 2 - APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA		
2.3 Fortalecimento da Diplomacia Militar Terrestre	2.3.1 Fortalecer as atividades de representação diplomática militar	2.3.1.1 Estabelecer programas plurianuais de cooperação com exércitos de nações amigas.
		2.3.1.4 Reestruturar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de militares de exércitos de nações amigas do entorno estratégico.
		2.3.2.2 Estabelecer um programa plurianual de inclusão de alunos militares de nações amigas no programa da Agência Brasileira de Cooperação.

Fonte: Brasil (2024). Com adaptações.

Ressalta-se a vital importância do termo ‘cooperação’, uma vez que é uma das principais estratégias de *soft power* brasileiro nas relações diplomáticas Sul-Sul, conforme observamos na Figura 1. Em nosso caso concreto, o Curso de Formação de Oficiais do EB, essa cooperação se apresenta mediante atividades de internacionalização da formação militar.

Em nosso caso de estudo, a AMAN recebe cerca de 50 militares estrangeiros como discentes anualmente, caracterizando uma internacionalização ativa na educação militar. Essa estratégia de cooperação resulta na propagação de nossa língua e cultura, o que se alinha com a AED-76 da END, supramencionado, pois estimula o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

Marrara (2007) identifica que a internacionalização educacional pode ocorrer de duas formas e as denomina ativa ou passiva. O autor assevera que a internacionalização envolve o fluxo de pessoas, informações e recursos e isso se produz tanto para o exterior quanto no sentido oposto. Sendo assim, para Marrara (2007), o movimento que parte das instituições nacionais em direção a instituições estrangeiras é chamada internacionalização passiva, enquanto que o inverso, a recepção de estrangeiros em instituições nacionais, é denominada ativa.

São exemplos da forma passiva o envio de estudantes, professores e pesquisadores para instituições estrangeiras, bem como publicação de trabalhos científicos destes autores em periódicos internacionais (Marrara, 2007). Os principais objetivos das instituições que enviam são de buscar capacitações ao seu pessoal e promover a instituição de origem no exterior. De maneira oposta, a internacionalização ativa é caracterizada pelo recebimento de discentes, docentes e pesquisadores estrangeiros e pela participação destes em cursos e publicações nacionais (Marrara, 2007).

No que tange a ganhos auferidos pelas distintas formas de internacionalização, Ribeiro (2017) afirma que, em termos de projeção, a imagem e os valores do país emissor ficam em segundo plano na forma passiva. Nessa mesma linha de entendimento, o autor aponta que a forma ativa rende ao país receptor um maior protagonismo, rendendo-lhe mais ganhos do que na forma passiva. Isso ocorre porque na forma ativa é proporcionado ao país receptor mais momentos de assimilação e projeção cultural, lhe conferindo um valioso exercício de *soft power* junto ao público estrangeiro.

A consequência natural de um plano são as ações. Dessa forma, passaremos a explorar a seguir as decorrências do Plano Estratégico do Exército no que tange ao nosso presente objeto de estudo. Para isso, abordaremos um instrumento: o ensino da língua portuguesa na variante brasileira aos CNA.

4.2 O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA CADETES ESTRANGEIROS

Neste segundo eixo, exploramos a categoria 'práticas institucionais de ensino da língua portuguesa', com foco nas ações voltadas à formação linguística dos CNA. A análise busca compreender como essas práticas, ainda que não formalizadas em uma política linguística explícita, operam como instrumentos de integração, projeção cultural e exercício simbólico de poder.

No âmbito do EB há uma série de normas que regulam a presença de estrangeiros em cursos e estágios no Brasil. Destaca-se a Portaria - EME/C Ex Nº 1063 (Brasil, 2023b) que aponta como premissa a necessidade do conhecimento prévio do português por parte dos militares estrangeiros candidatos a cursos

no EB. Porém, o documento salvaguarda que, sendo interesse do EB, poderão ser matriculados militares estrangeiros com pouco conhecimento da língua portuguesa. Todavia, tal ocorrência implica na obrigatoriedade da participação do militar de nação amiga no Curso de Português para Militares Estrangeiros (CPME), de responsabilidade do Centro de Idiomas do Exército (CidEx).

O CPME foi criado por determinação emitida em 2013 e estabelecia, naquele momento, o nível B1³ do Quadro Comum Europeu de Referência⁴ como requisito mínimo de matrícula (Brasil, 2013). No entanto, em 2016 o requisito mínimo baixou para A2⁵ do referido quadro (Brasil, 2016). Tal ação, por parte do EB, caracteriza uma intenção de ajuste com a realidade dos candidatos e/ou necessidade de incluir determinados países mediante uma ampliação da abrangência. Além do CPME, o CidEx possui também um estágio de curta duração - Estágio de Idioma Português e Ambientação (EIPA) - que tem por objetivo ambientar o militar estrangeiro em língua portuguesa (Brasil, 2021c).

A recomendação ao militar estrangeiro de cursar o CPME ou o EIPA é feita mediante resultados do Teste Diagnóstico da Língua Portuguesa (TDLP). Aferição cuja previsão de aplicação é no ano anterior à vinda do militar estrangeiro, ainda no país de origem. Sabe-se que a medida ainda está em processo de implantação, uma vez que o TDLP foi aplicado aos CNA já matriculados na AMAN no ano de 2024.

No que tange à certificação, a Portaria-EME/C Ex n° 316 (Brasil, 2021) menciona a oferta de certificação de língua portuguesa aos militares de nações amigas. Além disso, os CNA são avaliados pelo Centro de Idiomas do Exército em sua proficiência em língua portuguesa, o que lhes possibilita regressar a seus países com certificados de proficiência em português emitidos pelo EB. A depender do acordo bilateral firmado com o país amigo, os Cadetes oriundos de nações amigas recebem a oportunidade de realizar um curso de português antes de serem matriculados na AMAN. No ano de 2024, cursaram o CPME, um total de cinco militares, oriundos de: Vietnã, Tanzânia e Indonésia. Dentre os cinco alunos do CPME, quatro - provenientes de Vietnã e Tanzânia - o fazem como medida preparatória para matrícula na AMAN no ano de 2025.

Atualmente, desde 2024, os CNA não assistem às aulas de inglês ou espanhol⁶ na AMAN, devendo obrigatoriamente cursar a disciplina 'Português para Estrangeiros'. A obrigatoriedade de os CNA cursarem 'Português para

3 B1 corresponde a um usuário da língua de nível intermediário.

4 Para maior esclarecimento consultar o Quadro Comum Europeu de Referência, disponível em: <https://bit.ly/3JbZGdp>

5 A2 corresponde a um usuário da língua de nível básico.

6 Disciplinas de línguas estrangeiras ofertadas aos Cadetes brasileiros.

Estrangeiros’ caracteriza uma postura de reforço de projeção cultural por parte do EB⁷ mediante a valorização da língua nacional.

Retomando os dados sobre os estrangeiros matriculados na AMAN, no ano de 2024, havia cadetes oriundos de: seis países do continente americano, seis países africanos e um asiático. Especificamente, estão representados os seguintes países: Bolívia, Camarões, Guiana, Guiné-Bissau, Honduras, Moçambique, Namíbia, Panamá, Paraguai, Peru, São Tomé e Príncipe, Senegal e Vietnã. Cabe recordar que os documentos estratégicos estimulam uma maior atenção para a cooperação junto aos países da CPLP e do entorno estratégico. Nesse contexto, os países que possuem Cadetes matriculados na AMAN se distribuem da seguinte maneira:

Quadro 4 – Origem dos Cadetes de Nações Amigas matriculados na AMAN em 2024

América do Sul	Costa Ocidental Africana	CPLP	América Latina	Ásia
Bolívia Paraguai Peru Guiana	Camarões Namíbia Senegal	Guiné-Bissau Moçambique São Tomé e Príncipe	Honduras Panamá	Vietnã

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Nota-se que a maior parte dos países representados na AMAN atende os critérios de fazer parte da CPLP ou do entorno estratégico. A PND define como ‘Entorno Estratégico’: “[...] a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (Brasil, 2020a, p. 11). Três países não correspondem a este critério, sendo dois da América Latina o que nos aproxima por semelhanças culturais e avizinhamo continental. Além disso, essa cooperação educacional militar concorda com a Constituição Federal, no qual se lê: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988, grifo nosso). Restando o Vietnã que, embora não possua o mesmo critério de alinhamento, geográfico, cultural ou linguístico, caracteriza uma forma de cooperação sul-sul (Bry, 2017). Ressalta-se que não há uma referência direta à cooperação Sul-Sul nos documentos estratégicos de Defesa, embora seja uma das características

7 Mesmo os Cadetes oriundos de países da CPLP, ou seja, falantes nativos de português, cursam a disciplina ‘Português para Estrangeiros’.

da diplomacia brasileira (Rodrigues; Maciel, 2017). Uma distribuição do quantitativo de sujeitos, por origem, pode ser melhor compreendida no quadro abaixo:

Quadro 5 – Percentual de distribuição dos Cadetes de Nações Amigas por origem

Origem			Quantidade de sujeitos CNA	Percentual de sujeitos CNA	Percentual por grupo de países
Entorno Estratégico	América do Sul	Bolívia	6	12%	74%
		Paraguai	3	6%	
		Peru	1	2%	
		Guiana	4	8%	
	Costa Ocidental Africana	Namíbia	5	10%	
		Camarões	10	19%	
		Senegal	9	17%	
CPLP		Guiné-Bissau ⁸	1	2%	8%
		Moçambique	1	2%	
		São Tomé e Príncipe ⁹	2	4%	
Sul-Sul	América Latina	Honduras	1	2%	18%
		Panamá	3	6%	
	Outros	Vietnã	5	10%	
Total			51	100%	100%

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Ao verificar os quantitativos de sujeitos evidenciam-se os critérios de interesse estabelecidos pelos documentos estratégicos da Defesa. Pois 82% dos militares matriculados são provenientes de países da CPLP ou do Entorno Estratégico. Se somarmos os CNA da América Latina chegaremos a 90% do total de militares estrangeiros.

O uso da língua como ferramenta de *soft power* exemplifica o uso de múltiplos canais de conexão empregados para promover os interesses nacionais (Nye, 2004). Em nosso caso concreto, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) mediante programas de cooperação educacional ilustra essa dinâmica. A língua é, portanto,

⁸ Localizado na costa ocidental africana

⁹ Arquipélago localizado na costa ocidental africana

uma ferramenta estratégica, essencial para a Defesa Nacional, destacando que questões culturais e educacionais podem ser tão cruciais quanto questões militares (Keohane; Nye, 1989). Especificamente temos um ente militar exercendo poder ante outros entes militares, sem recorrer à força militar. Tais dinâmicas caracterizam um contexto de interdependência complexa.

A análise dos dados revela que o Brasil se utiliza da educação militar para exercer *soft power* (Nye, 2012). Evidencia-se o alinhamento das ações com a estratégia de cooperação no eixo sul-sul, na qual a educação é ferramenta fundamental para a consolidação de alianças e projeção de poder com eficácia. A língua portuguesa, em especial, emerge como componente fundamental para o bom desempenho dos estrangeiros no curso. Nota-se, no ambiente docente da AMAN, uma preocupação com a compreensão e absorção dos conteúdos por parte do CNA.

O planejamento intencional de utilização da língua portuguesa como instrumento de projeção cultural é pouco evidenciado na documentação. Apenas a Portaria - EME/C Ex Nº 1063 (Brasil, 2023b) menciona como objetivo do EIPA a valorização do idioma nacional. Não obstante o ensino da língua portuguesa aos militares estrangeiros aqui matriculados se apresentar como uma ação da diplomacia militar terrestre alinhada à END, o que se percebe é o ensino da língua com o objetivo de potencializar a compreensão de outras disciplinas escolares. Embora tal objetivo seja importante, no contexto geral, a visão da língua como instrumento de projeção do Poder Nacional não fica evidenciada.

No contexto da AMAN, a promoção da língua portuguesa aos CNA pode ser compreendida como uma prática que reforça a cooperação, integração regional e identidade compartilhada. Tudo isso contribui para a legitimação do Brasil como ator engajado no cenário internacional (Finnemore, 1996).

Essas ações, embora não formalizadas em um documento único, evidenciam a existência de uma política linguística implícita no EB. A obrigatoriedade da disciplina 'Português para Estrangeiros', os critérios de proficiência linguística, além dos programas de ambientação linguística e cultural funcionam como instrumentos de planejamento linguístico (Spolsky, 2004; Shohamy, 2006). Tais práticas de promoção da língua mediante integração e instrução reforçam sua dimensão simbólica e estratégica no contexto da diplomacia militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos a realizar uma investigação exploratória com vistas a realizar uma discussão acerca de iniciativas de cooperação educacional que se relacionem com o uso da língua como *soft power* no contexto da formação do oficial no Exército Brasileiro. Nosso trabalho deteve-se às ações estratégicas presentes no Curso de Formação de Oficiais da Linha de Ensino Militar Bélica, na AMAN.

Conforme discutido em nossa pesquisa, o conceito de *soft power* (Nye, 2004) enfatiza a capacidade de influenciar outros atores por meio de atração cultural e ideológica em detrimento do uso coercitivo da força. Nesse contexto, a língua, por ser componente central da identidade cultural e do pensamento, desempenha papel crucial. Além disso, ficou destacado que uma das formas de exercer o *soft power* é mediante cooperação. Os documentos políticos e estratégicos da Defesa e do Exército apresentam a internacionalização da educação como uma forma desejável de estabelecer uma relação de cooperação diplomática. Oportunidade na qual os aspectos linguísticos mais uma vez adquirem algum protagonismo.

A fim de entender as ações promovidas na AMAN, analisamos o discurso contido em um compêndio de documentos da Defesa e do Exército Brasileiro. Para tal, nos apoiamos na análise do discurso de linha materialista, conforme Pêcheux (1990), que entende o discurso como efeito da relação entre língua, ideologia e sujeito. Nessa perspectiva os sentidos não são fixos nem transparentes. São produzidos a partir de posições ideológicas que atravessam os sujeitos e suas formações discursivas. A abordagem escolhida permitiu interpretar os documentos oficiais não apenas como textos normativos, mas como práticas discursivas que constroem sentidos sobre identidade, poder e projeção estratégica.

Nosso estudo demonstrou que a educação militar é utilizada para projetar o Poder Nacional por meio do ensino aos futuros oficiais oriundos de nações amigas. Nesse bojo, os dados apresentados reforçam a estratégia de cooperação Sul-Sul, com Cadetes provenientes não só de países do entorno estratégico e da CPLP. A própria presença de Cadetes estrangeiros na AMAN é um exemplo de projeção do Poder Nacional. Além disso, a longa duração do curso os permite imergir no ambiente cultural e linguístico brasileiro, o que facilita a criação de laços e a promoção dos valores nacionais. A grande questão a ser levantada é a eficácia dessa projeção e a utilização intencional da língua portuguesa para a conquista dos objetivos nacionais. O que identificamos foi um claro objetivo de promoção da língua como forma de ampliar a compreensão de outras disciplinas acadêmicas e técnico-profissionais por parte do CNA, mas não como uma ferramenta por si só eficaz na projeção do Poder Nacional.

Concluimos que, embora o EB promova o ensino da língua portuguesa a militares estrangeiros, tais iniciativas ainda ocorrem de forma fragmentada e sem uma política linguística claramente estruturada que as configure conscientes de *soft power*. A presença de Cadetes na AMAN e sua imersão na cultura e língua brasileiras representam um significativo potencial de influência simbólica e diplomática. No entanto, para que esse potencial se concretize como estratégia do exercício do *soft power*, é necessário que o ensino da língua seja orientado por objetivos claramente definidos. Isso inclui a construção de vínculos duradouros, a promoção de valores culturais nacionais e a projeção da identidade brasileira no âmbito internacional. Sem essa intencionalidade, o ensino da língua tende a cumprir somente uma

função instrumental direcionada ao uso técnico e não como instrumento capaz de auxiliar na consolidação do Brasil como um ator influente no campo da defesa a níveis internacionais.

Por conseguinte, o que se observa atualmente são ações com efeitos colaterais de *soft power*, ainda carentes de intencionalidade estratégica comparável, por exemplo à política cultural dos Estados Unidos da América no pós-segunda guerra mundial, que se utilizou do cinema como ferramenta de influência a nível global.

Uma das limitações da pesquisa foi a impossibilidade de explorar a fundo como as questões de língua e *soft power* se inserem no contexto do conceito sistemático da 'Grande Estratégia' pela ótica dos Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Essas perguntas, juntamente com outros questionamentos que surgiram em nosso percurso, serão objeto de estudo em trabalhos futuros.

Em síntese, as ações desenvolvidas pelo EB na AMAN, especialmente o ensino da língua portuguesa a Cadetes estrangeiros, revelam um potencial significativo de atuação no campo do *soft power*. No entanto, tais práticas ainda ocorrem de forma fragmentada e sem uma diretriz estratégica clara que as configure como parte de um projeto institucional de projeção de poder. Embora haja alinhamento pontual com os documentos de alto nível da Defesa Nacional, a ausência de uma orientação sistematizada e intencional limita o alcance dessas iniciativas. A consolidação da língua como ferramenta estratégica de influência internacional exige mais do que ações isoladas: requer planejamento, objetivos definidos e mecanismos de avaliação. Assim, mais do que instituir uma política linguística formal, o desafio está em reconhecer o valor simbólico e diplomático da língua portuguesa e integrá-lo de forma consciente às estratégias de defesa e inserção internacional do Brasil.

À vista disso, observa-se uma oportunidade para que o EB reconheça e sistematize essas práticas como expressão de uma política linguística institucionalizada, alinhada aos objetivos da END. Acredita-se que a formalização de uma política linguística de defesa, com claras diretrizes, metas e mecanismos de mensuração, permitiria transformar ações fragmentárias em exercício coeso de *soft power*. Sendo assim, essa iniciativa fortaleceria a projeção do Brasil, consolidando um vetor de identidade, diplomacia e influência regional.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In.: LAGARES, X.C.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, p. 355-387, 2012.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS JUNIOR, A. J. *Multiletramentos dos Cadetes da AMAN: como o conhecimento específico da língua inglesa dos professores reflete no conhecimento prático do ensino de Inglês*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Taubaté –UNITAU, Taubaté, SP, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4foAW0o> . Acesso em: 17 jun. 2024.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. *Plano Estratégico do Exército Brasileiro 2024*. Brasília: Exército Brasileiro, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3VHcU9r>. Acesso em: 3 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. *Portaria n° 033-EME de 16 de fevereiro de 2016*. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa, Comando do Exército. *Portaria n° 253-EME de 30 de dezembro de 2013*. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. *Portaria-EME/C Ex n° 316 de 27 de janeiro de 2021*. [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3xt4Qik>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Departamento de Educação e Cultura do Exército. *Portaria DECEX/C EX Nº 238, 19 de julho de 2021*. Brasília, Ministério da Defesa: 2021c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Estado-Maior do Exército. *Portaria EME/C Ex Nº 1063, de 28 de junho de 2023*. Brasília: Ministério da Defesa, 2023b.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3yNwjfQ>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Portaria – EME/C Ex Nº 971, de 10 de fevereiro de 2023*. Manual de fundamento conceito operacional do Exército Brasileiro - operações de convergência 2040. Brasília, Ministério da Defesa 2023a.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro branco da defesa nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/3Xj2DkZ>. Acesso em: 6 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/4cPutdl>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

BRY, S. H. Brazil's Soft-Power Strategy: The Political Aspirations of South–South Development Cooperation. *Foreign Policy Analysis*, v. 13, n. 2, p. 297-316, 2017.

CALVET, L.J. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, E.; VIOLANTE, A. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Estratégia de Projeção de Poder Inteligente do Brasil: Análise da Política Externa Brasileira, 1995-2016. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 25, p. 129-166, 2019. DOI: 10.21544/1809-3191.v25n1.p129-166.

FINNEMORE, M. *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HELENO, E.; LUIZ, E. O soft power brasileiro em busca de uma identidade sul-americana. *Poder, Estratégia e Sociedade*, v. 1, p. 41-52, 2011.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and interdependence*: world politics in transition. 2. ed. Boston: Little, Brown, 1989.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARRARA, T. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. *RBPG*, Brasília, v. 4, n. 8, 2007. p. 245-262. Disponível em: <https://bit.ly/4aXyyLL>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

NYE, J. S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, J. S. *The future of power*. Public Affairs, 2012.

ORWELL, G. 1984. Tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD) e suas Intervenções. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PINTO, T. S. P. *Contribuições da gramática da língua portuguesa ao ensino da língua espanhola: compreensão leitora e produção escrita*. 2023. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, 2023 Disponível em: <https://bit.ly/3RXNkum>. Acesso em: 08 de julho de 2024.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. *O ensino de línguas estrangeiras como ferramenta de soft power e estratégia de política externa*. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://bit.ly/3xDLHuF> . Acesso em: 23 de dezembro de 2024.

RODRIGUES, F. S. C. *Língua viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. 2010. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/4azBSfQ> . Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

RODRIGUES, G. M. A.; MACIEL, T. M. A cooperação Sul-Sul brasileira no campo dos bens e patrimônios culturais. In: *Bens Culturais e Relações Internacionais*. Editora Universitária Leopoldianum. 2017. p. 43-61.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1987.

SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge, 2006.

SPOLSKY, B. *Language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WENDT, A. *Social theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Recebido em: fev. 2025.
aprovado em: maio 2025.

Esta revista foi impressa na gráfica da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João - Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br